



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 16, v. 1

set.2021-dez.2021

p. 327-352

Saúde e doença do corpo das travestis e mulheres transexuais: análise das dissertações e teses brasileiras nas ciências da saúde entre 1992-2019

(Health and disease of the body of transvestites and transsexual women: analysis of Brazilian dissertations and theses in health sciences between 1992-2019)

(Salud y enfermedad del cuerpo de travestis y mujeres transgénero: análisis de disertaciones y tesis brasileñas en ciencias de la salud entre 1992-2019)

Ramon de Oliveira Bieco Braga¹

Ana Paula Benato²

RESUMO: Esta pesquisa problematiza os temas das dissertações e teses brasileiras defendidas na grande área do conhecimento Ciências da Saúde, que abordam a relação saúde-doença das travestis e mulheres transexuais entre os anos de 1992 a 2019. A operacionalização consistiu em uma busca no banco on-line de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (Capes), que identificou o total de 1.071 pesquisas. Estas foram tabuladas, identificando quantas dissertações e teses foram defendidas nos programas de pós-graduação, por área do conhecimento e a quantidade por temas que abordam as travestilidades e transexualidades na grande área do conhecimento Ciências da Saúde. Os resultados demonstram que 15,2% (163 pesquisas) foram defendidas em Ciências da Saúde. Essas pesquisas dialogam diferentes temas sobre a relação saúde e doença do corpo das travestis e mulheres transexuais, sobretudo temáticas articuladas às políticas públicas Brasil sem Homofobia, Processo Transexualizador e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

PALAVRAS-CHAVE: Estado de arte. Mulher transexual. Travesti. Saúde e doença.

Abstract: This research questions the themes of Brazilian dissertations and theses defended in the broad area of Health Sciences knowledge, which address the health-disease relationship of transvestites and transsexual women, between 1992 and 2019. Operationalization consisted of a search of CAPES' online database of dissertations and theses, which identified 1,071 surveys. These were tabulated, identifying how many dissertations and theses were defended in the Postgraduate programs, by area of knowledge and the amount by themes that address transvestites and transsexualities in the large area of Health Sciences knowledge. The results show that 15.2% (163 surveys) were defended in the area of Health Sciences knowledge. These surveys discuss different topics on the relationship between health and body disease of transvestites and

1 Pós-Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR. Graduado em Geografia pelo Centro Universitário Campos de Andrade (Uniandrade). Professor Titular da Uniandrade e professor de Geografia na rede estadual do Paraná, Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEEDPR). E-mail: ramonbieco@hotmail.com.

2 Mestranda em Gestão do Território no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduada no curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: benato.ana.paula@gmail.com.



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 30/08/2019

Aceito em 27/11/2020

transsexual women, especially themes articulated in the public policies “Brazil without Homophobia”, “Transsexualizing Process” and the “National LGBT Comprehensive Health Policy”.

Keywords: State of art. Transsexual woman. Travesti. Health and disease.

Resumen: Esta investigación discute los temas de disertaciones y tesis brasileñas defendidas en el área de las Ciencias de la Salud, las que han abordado la relación salud-enfermedad de las travestis y las mujeres transexuales entre los años de 1992 a 2019. La operacionalización consistió en una búsqueda en la base de datos en línea de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (Capes), que identificó un total de 1.071 estudios. Las investigaciones fueron tabuladas para identificar cuántas disertaciones y tesis fueron defendidas en los programas de posgrado, por área de conocimiento y la cantidad por temas que abordaron travestis y transexuales en el área de Ciencias de la Salud. Los resultados muestran que el 15,2% (163 investigaciones) fueron defendidas en el área de Ciencias de la Salud. Estos estudios discuten diferentes temas sobre la relación entre la salud y las enfermedades corporales de travestis y mujeres transexuales, especialmente temas articulados a las políticas públicas Brasil sin Homofobia, Proceso transexualizante y la Política Nacional de Salud Integral LGBT.

Palabras clave: Estado de arte. Mujer transexual. Travesti. Salud y enfermedades.



1 Introdução

Esta pesquisa problematiza os temas das dissertações e teses brasileiras defendidas na grande área do conhecimento Ciências da Saúde, que abordam a relação saúde-doença das travestis e mulheres transexuais entre os anos de 1992 a 2019. Com base no pós-estruturalismo e na literatura *queer*, algumas reflexões teóricas têm sido desenvolvidas com o intuito de auxiliar na reflexão sobre como os corpos das travestis e mulheres transexuais são abordados pela grande área do conhecimento Ciências da Saúde. Para tanto, retomamos ao conceito da heterossexualidade compulsória refletido por Rich ([1980] 2010), que identificou um pressuposto cultural equivocado na sociedade que concebe a orientação sexual heterossexual como compulsória para todas as pessoas.

Ancorada em Rich ([1980] 2010), Butler ([2003] 2016) compreende que, para a heterossexualidade compulsória, somente existem os corpos que apresentam uma linearidade entre sexo, gênero e desejo. Para a autora, os corpos que nascem com pênis devem, compulsoriamente, se identificar com o gênero masculino e ter o desejo heterossexual. Segundo Butler ([2003] 2016), a existência dos corpos travestis e transexuais que corporificam as travestilidades e transexualidades denunciam que os corpos não são engessados em corporificar somente o gênero binário, isto é, masculino ou feminino. Pelo contrário, para a autora, nada justificaria pensarmos que os gêneros são estáveis e fixos, pois eles são instáveis e fluídos.

Desse modo, como as travestis e mulheres transexuais não reproduzem a linearidade entre sexo, gênero e desejo (BUTLER, [2003] 2016), elas compartilham de similares experiências nas espacialidades públicas e privadas, pois, embora elas possuam o órgão genital pênis, os corpos das travestis e mulheres transexuais corporificam elementos identitários femininos, como unhas e cabelos compridos, vestidos, maquiagem, calça justa, salto alto, brinco, anéis e demais acessórios femininos. (BENEDETTI, 2005; BENTO, [2006] 2017; PERES, 2015)

De acordo com Benedetti (2005), as travestis corporificam as travestilidades com base em práticas sociais que identificam a feminilidade dos seus corpos. Contudo, para o mesmo autor, existem sutis diferenças entre as travestis e mulheres transexuais, pois Benedetti (2005) averiguou que a autoidentificação ‘mulher transexual’ se manifesta nas pessoas com mais anos de escolarização, pois elas leram em algum lugar o termo ‘transexual’ e se identificaram com o que leram. O autor ainda entrevistou mulheres transexuais que relataram sentir aversão ao pênis durante a relação sexual, ao contrário das travestis que afirmaram utilizá-lo sem nenhum problema.

O mesmo cenário foi identificado por Bento ([2006] 2017), que entrevistou mulheres transexuais que socializaram ter aversão ao pênis e desejavam realizar a cirurgia de redesignação



sexual. Contudo, a autora também entrevistou mulheres transexuais que compartilharam usar o pênis sem qualquer problema durante as relações sexuais.

Nesse sentido, Peres (2015) ressaltou que muitas pessoas ficam confusas ao pensar que uma travesti ou uma mulher transexual possa utilizar o pênis durante as relações sexuais, pois o uso do órgão genital é um elemento identitário hegemônico do gênero masculino. Assim, os corpos das travestis e mulheres transexuais ratificam a existência de identidades de gênero que subvertem a heterossexualidade compulsória.

Conforme exposto por Simpson (2015, p. 10), “os termos travestilidade e transexualidade foram criados e introjetados pelo movimento social organizado para dizer que a questão dessa população é uma questão de identidade e de modo de viver”. Portanto a autora assinala que, ao se autoidentificar como travesti, a pessoa não está se autoidentificando como uma ‘mulher travesti’ (sic.), pois a identidade de gênero travesti é uma identidade que corporifica as travestilidades e ratifica a publicidade da identidade de gênero. O mesmo acontece com a transexualidade.

A relação saúde e doença no corpo das travestis e mulheres transexuais é, como refletido por Braga (2020), simultâneo à vivência social, pois esses corpos vivenciam a saúde quando buscam realizar o cuidado de si com base no cuidado com a estética do corpo (quando buscam pelo processo transexualizador, realizam intervenções cirúrgicas, consomem hormônios etc.), se relacionam socialmente e têm seus corpos respeitados pela sociedade (o respeito está ancorado na identidade de gênero e na orientação sexual), bem como promovem a saúde do corpo quando estudam, trabalham e praticam o ócio. Em contrapartida, a doença no corpo se manifesta quando elas são desrespeitadas socialmente, não têm direitos humanos assegurados, como, por exemplo, estudar, trabalhar, cuidar de si, praticar o ócio etc., além de experienciarem a travestifobia e/ou a transfobia.

Braga (2020) verificou que o corpo das travestis e mulheres transexuais vivenciam simultaneamente a relação saúde e doença, porque, mesmo que esses corpos possam estudar e/ou trabalhar (promover a saúde), nas espacialidades da educação e/ou trabalho, elas também podem experienciar a travestifobia ou a transfobia. Isso resulta no adoecimento dos seus corpos, porque ficam tristes, sentem medo e, em alguns casos, são violentadas fisicamente.

Considerando o contexto exposto, esta pesquisa analisou os temas das dissertações e teses brasileiras defendidas na grande área do conhecimento Ciências da Saúde, que abordam a relação saúde-doença das travestis e mulheres transexuais entre os anos 1992 a 2019.

Justifica-se que a realização de uma pesquisa bibliométrica decorre da necessidade de promovermos diálogos acadêmicos sobre as abordagens temáticas investigadas pelos(as)



pesquisadores(as) brasileiros(as) que cursaram a pós-graduação *stricto sensu*. Pesquisas como esta nos auxiliam a refletir sobre o estado de arte de determinados temas, como as travestilidades e transexualidades na grande área do conhecimento das Ciências da Saúde.

Compreendemos ainda que toda pesquisa científica se enquadra em um contexto histórico, político, cultural e econômico. Portanto, toda reflexão científica é situada em um tempo (quando ela foi realizada), espaço (em qual instituição ela foi realizada) e têm diversas leituras que foram acessadas pelo(a) mestrando(a), doutorando(a) e orientador(a). Destarte, o recorte temporal entre os anos 1992 a 2019 se justifica pelo acesso da primeira pesquisa, publicada em 1992, até o ano anterior ao ano de realização desta pesquisa, que foi em 2020. O recorte da grande área do conhecimento das Ciências da Saúde se deve pela nossa trajetória nas pesquisas acadêmicas sobre saúde, travestilidades e transexualidades. (BRAGA, 2017, 2020; BRAGA; BENATO, 2019; BRAGA; ORNAT, 2017, 2019)

Ressalva-se ainda que a realização desta pesquisa encontra-se amparada pela Lei de Acesso à Informação/Dados Públicos nº 12.527 (BRASIL, 2011), que autoriza a consulta e o manuseio de dados públicos, a fim de realizar publicação de interesse científico. Portanto a realização de pesquisas bibliométricas está amparada pela legislação brasileira e acrescenta-se que, na grande área do conhecimento Ciências da Saúde, pesquisas bibliométricas já foram anteriormente realizadas por Carvalho (2014), Rosa (2015) e Raimondi (2016). Entretanto justifica-se que esses autores não problematizaram a mesma questão central desta pesquisa.

2 Operacionalização

Para responder à questão central: ‘quais são os temas das dissertações e teses brasileiras defendidas na grande área do conhecimento Ciências da Saúde, que abordam a relação saúde-doença das travestis e mulheres transexuais, entre os anos 1992 a 2019?’, foi realizada uma busca no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes (2020), com os descritores³ ‘travesti’, ‘travestis’, ‘transexual’, ‘transexuais’, ‘travestilidade’, ‘travestilidades’, ‘transexualidade’ e ‘transexualidades’. A escolha desses descritores ocorreu com base em duas perspectivas, a saber:

- a) na representatividade desses descritores na literatura *queer* sobre as travestilidades e transexualidades (BUTLER, [2003] 2016; BENEDETTI, 2005; BENTO, [2006] 2017; PERES, 2015; SIMPSON, 2015); e

3 Caso algum(a) pesquisador(a) deseje reproduzir essa consulta no banco de Dissertações e Teses da Capes (2020), alertamos para não fazer a pesquisa com descritores separados por vírgulas. O mesmo resultado será obtido se o(a) pesquisador(a) digitar no campo de busca todos os descritores sem vírgulas.



b) pela realização de pesquisas bibliométricas de Carvalho (2014), Rosa (2015) e Raimondi (2016), que utilizaram parcialmente alguns desses descritores em outras fontes de dados, como Biblioteca Virtual de Saúde, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Capes⁴, Directory of Open Access Journals (Doaj), Lilacs, PubMed, SciELO, Scopus e Web of Science.

Com os descritores mencionados anteriormente, a busca obteve 1.071 dissertações e teses defendidas no Brasil, sendo que 43,5% (465 pesquisas) foram defendidas na grande área do conhecimento das Ciências Humanas; 23,1% (247) na grande área do conhecimento das Ciências Sociais e Aplicadas; 15,2% (163) na grande área do conhecimento das Ciências da Saúde; 9,5% (102) na Linguística, Letras e Artes; e 8,7% (94) foram defendidas na Multidisciplinar e Engenharias.

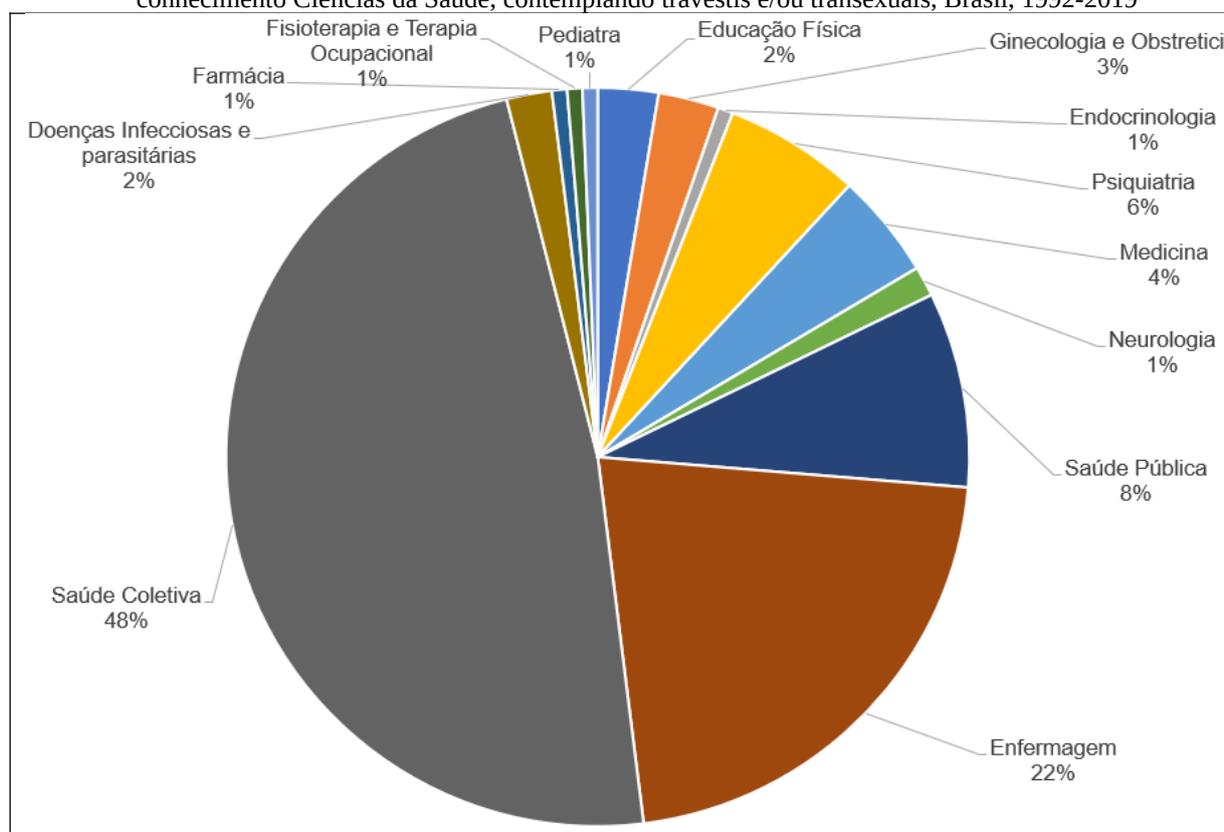
Na grande⁵ área do conhecimento das Ciências da Saúde, como é demonstrado na Figura 1, as áreas do conhecimento que se destacam na quantidade de pesquisas foi a Saúde Coletiva (48% – 73 pesquisas), Enfermagem (22% – 33), Saúde Pública (8% – 13) e Psiquiatria (6% – 9). Verifica-se que, juntas, essas quatro áreas do conhecimento correspondem a 84% de toda a produção.

4 Embora Rosa (2015) e Raimondi (2016) tenham consultado o banco de Dissertações e Teses da Capes (2020), salienta-se que os autores encontraram outro cenário e realizaram uma análise em um recorte específico para analisar o campo, cujo recorte aplicado pelos autores é discrepante do recorte temático e temporal utilizado nesta pesquisa.

5 Os termos ‘grande área do conhecimento’ e ‘área do conhecimento’ são utilizados pela Capes (2020), que já sistematiza as áreas do conhecimento pelas grandes áreas do conhecimento. Portanto, nesta pesquisa, optamos por utilizar as mesmas nomenclaturas aplicadas pela instituição.



Figura 1 – Quantidade das dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação, na grande área do conhecimento Ciências da Saúde, contemplando travestis e/ou transexuais, Brasil, 1992-2019



Fonte: Elaborada pelos autores de acordo com a Capes (2020).

Do volume total de pesquisas da grande área do conhecimento Ciências da Saúde – objeto central de análise desta reflexão central –, tematizamos as pesquisas com o auxílio do software Microsoft Office 365 Excel, que também subsidiou a elaboração dos gráficos apresentados neste texto.

A tematização das pesquisas foi realizada com base na análise do título e do resumo das dissertações e teses identificadas no banco de dissertações e teses da Capes (2020). A análise e a classificação temática das pesquisas ocorreram com base no arcabouço teórico conceitual da literatura *queer* sobre travestilidades e transexualidades. (BENEDETTI, 2005; BENTO, [2006] 2017; BUTLER, [2003] 2016; PERES, 2015; SIMPSON, 2015) Além disso, buscou-se relacionar a realização das dissertações e teses com o momento histórico e político, conforme é demonstrado na sequência.

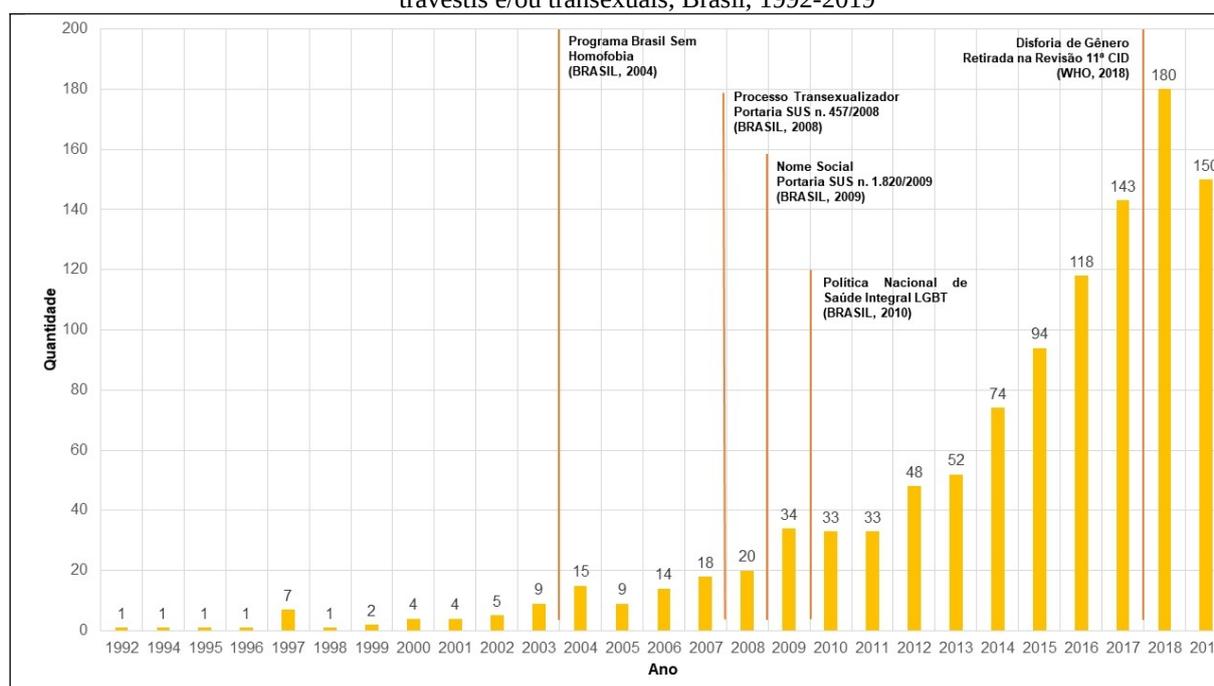
3 Diálogos sobre a relação saúde e doença do corpo das travestis e mulheres transexuais nas ciências da saúde entre 1992-2019



Nesta reflexão, a análise quantitativa da produção das dissertações e teses está ancorada na elaboração das políticas públicas que contemplam a relação saúde-doença dos corpos das travestis e mulheres transexuais. Conforme pode ser visualizado na Figura 2, identifica-se um crescimento exponencial na quantidade de pesquisas, posterior à criação do Programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004), da publicação da Portaria do Sistema Único de Saúde (SUS) nº 457/2008 (BRASIL, 2008), que regula o processo transexualizador, da publicação da Portaria nº 1.820/2009 (BRASIL, 2009), que normatiza o uso do nome social nas unidades de saúde, e da publicação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). (BRASIL, 2010)

Como resultado das reivindicações históricas do movimento LGBT, sobretudo travestis e transexuais, reconhecemos que as políticas públicas mencionadas não foram as únicas, porém, nesta pesquisa, demonstraram-se emblemáticas na análise dos temas das pesquisas, como será evidenciado na sequência.

Figura 2 – Quantidade das dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação, por ano, contemplando travestis e/ou transexuais, Brasil, 1992-2019



Fonte: Elaborada pelos autores com base em Brasil (2004; 2008; 2009; 2010); World Health Organization (2018) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2020).

É possível verificar que, posteriormente à criação dessas políticas públicas, foram realizadas pesquisas que dialogam com o Programa Brasil Sem Homofobia, o Processo Transsexualizador e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. (BRASIL, 2004, 2008, 2010)

Com base na tematização das pesquisas, apresentada na Figura 3, com base na análise do título e resumo das dissertações e teses, as pesquisas foram reunidas nos seguintes grupos temáticos: ‘Processo transsexualizador, hormônio e cirurgia⁶’ (14%), ‘HIV/aids e infecções sexualmente transmissíveis (IST)⁷’ (13%), ‘Identidade de gênero’ (12%), ‘Atendimento/acessibilidade aos serviços de saúde e unidades de saúde’ (8%), ‘Prostituição e trabalho’ (7%), ‘LGBTfobia e violência’ (5%), ‘Políticas públicas’ (4%), ‘Corpo’ (04%), ‘Cuidado à saúde e itinerários terapêuticos’ (4%), ‘Disforia de gênero’ (3%), ‘Profissionais de saúde’ (3%), ‘PrEP e relação sexual’ (3%), ‘Bibliometria’ (3%), ‘Educação’ (3%), ‘Situação de rua’ (3%) e ‘Outros⁸’ (12%).

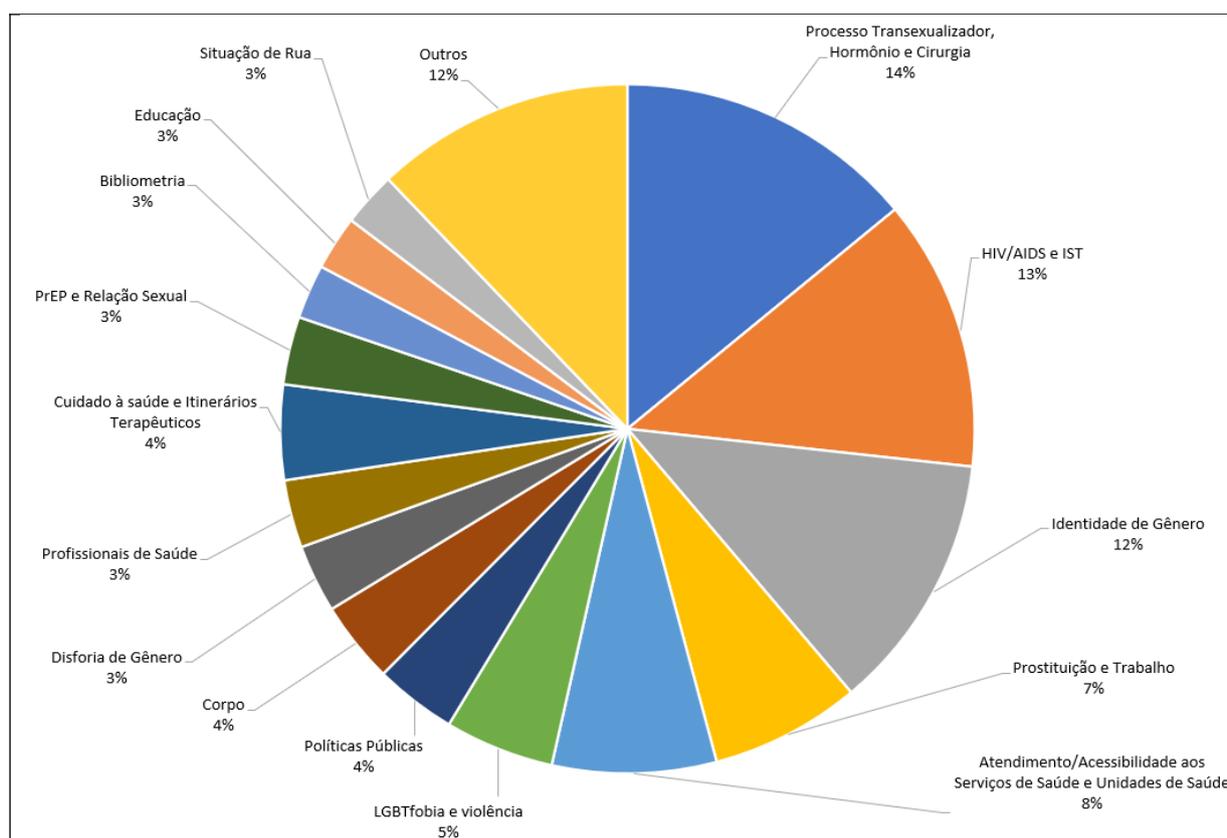
Figura 3 – Grupos temáticos das dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação, nas ciências da saúde, contemplando travestis e/ou transexuais, Brasil, 1992-2019

6 A partir deste momento, os termos que se referem aos grupos temáticos serão indicados no texto com aspas simples.

7 Infecções Sexualmente Transmissíveis.

8 Os outros grupos temáticos correspondem a ‘Movimentos sociais e despatologização’ (AMARAL, 2011; CARVALHO, 2015; SEVERO, 2014), ‘Bioética’ (SILVA, 2007; VILARDO, 2014), ‘Legislação’ (FIGUEIREDO, 2019; MELLO, 2018), ‘Suicídio’ (SILVA, 2016; SILVA, 2019), ‘Hepatite B e tuberculose’ (FERREIRA JUNIOR, 2017; REZENDE, 2014), ‘Dependência química’ (MIYAMOTO, 2013), ‘Racismo’ (ALMEIDA, 2018), ‘Dispositivo da transexualidade’ (SANTOS, 2010), ‘Redes sociais’ (IWAMOTO, 2019), ‘*Treponema pallidum*’ (FERNANDES, 2014), ‘Religião’ (CASTRO FILHO, 2016), ‘Informação em saúde’ (SANTOS, 2017) e ‘Evento traumático’. (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR, 2020; FONTANARI, 2015) Por se tratar de três ou menos pesquisas por grupos temáticos, optamos por não discuti-los no texto. Contudo mantemos a transparência da análise dos dados, indicando a existências dessas pesquisas por grupos temáticos.





FONTE: Elaborado pelos autores.

Depois da publicação da Portaria SUS nº 457/2008, sobre o processo transexualizador (BRASIL, 2008), verificou-se a defesa das pesquisas com temáticas sobre ‘Processo transexualizador, hormônio e cirurgia’ (14%), a saber:

- a) Processo transexualizador: neste grupo temático, verifica-se existência de reflexões sobre como ocorre o processo transexualizador, sob a perspectiva médico-hospitalar e de acompanhamento das pacientes que realizam ou realizaram o processo transexualizador. (ANDREAZZA, 2012; COSTA, 2015; JANINI, 2019; NUNES, 2018; ROCON, 2018; RODRIGUES, 2019; SEGER, 2018; SPIZZIRRI, 2016)
- b) Hormônio: a prática do cuidado de si da hormonização nem sempre está ancorada no processo transexualizador, pois muitas travestis e mulheres transexuais consomem os hormônios de forma desacompanhada de equipe médica, sobretudo de endocrinologistas. No processo transexualizador, as pessoas devem ser acompanhadas por uma equipe médica. Portanto, não sendo assistidas durante o processo transexualizador, os hormônios são adquiridos pelas travestis e mulheres transexuais sem receita médica nas farmácias, e são basicamente os anticoncepcionais femininos que resultam em problemas de saúde, como problemas circulatórios, trombose, hepatite medicamentosa etc. (ANDRADE, 2017; BARROS, 2017; CAUX, 2018;



CUNHA, 2017; FERREIRA, 2018; KRUGER, 2018; NUCCI, 2010; SILVEIRA, 2010; VELHO, 2016)

- c) Cirurgia: assim como ocorrido com os hormônios, a realização das cirurgias nem sempre está circunscrita na lógica do processo transexualizador. Contudo estão contempladas no processo atividades do cuidado de si de hormonização e cirurgias. Para este grupo temático, as pesquisas realizadas demonstraram como as travestis e mulheres transexuais buscam por silicone industrial, cirurgias plásticas e redesignação sexual. (PINTO, 2016; SILVA, 2018)

As pesquisas indicadas que dialogam sobre os hormônios e cirurgias evidenciaram que a hormonização e a realização das cirurgias se constituem como práticas do cuidado de si, na relação saúde e doença, intervindo na estética dos corpos travestis e transexuais e promovendo a saúde psicológica dessas pessoas que corporificam as travestilidades e transexualidades. (ANDRADE, 2017; BARROS, 2017; CUNHA, 2017; CAUX, 2018; FERREIRA, 2018; KRUGER, 2018; NUCCI, 2010; PINTO, 2016; SILVA, 2018; SILVEIRA, 2010; VELHO, 2016) Desse modo, o corpo das travestis e mulheres transexuais experienciam constantemente a relação saúde e doença no que concerne ao processo transexualizador, ao consumo de hormônios e à realização de cirurgias.

A relação saúde e doença do corpo das travestis e mulheres transexuais também foi refletida pelas pesquisas dos grupos temáticos sobre ‘HIV/aids e IST’ (13%), ‘Prostituição e trabalho’ (7%) e ‘PrEP e relação sexual’ (3%). No grupo temático ‘HIV/aids e IST’, foram identificadas pesquisas sobre a população vulnerável de travestis e mulheres transexuais ao HIV/aids e outras ISTs (ABREU, 2018; PINHEIRO JUNIOR, 2013; SOUSA, 2011; SOUSA, 2017; TAUYR, 2019) e a busca pelos Centros de Aconselhamento. (BARCELOS, 2000; BURGOS FILHO, 2012; CORREA, 2017; SOUZA, 2007;)

Considerando a realidade social e econômica de que muitas travestis e mulheres transexuais trabalham com a prostituição e são vulneráveis ao HIV/aids, foi possível organizar o grupo temático ‘Prostituição e trabalho’, que sistematiza um conjunto de pesquisas sobre esse tema como Chagas (2006), que investigou sobre as travestis que trabalham como prostitutas no Recife (PE), e Moreira (2013), que refletiu sobre as condições sociais e saúde das travestis que trabalham como prostitutas no Rio de Janeiro (RJ), além de Koller (2007), Ferreira (2007) e Santos (2007), que investigaram sobre a vulnerabilidade dos corpos travestis e transexuais no contexto da prostituição.



De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra (BENEVIDES; SIMPSON, 2018) –, o trabalho na prostituição é uma realidade para 90% das travestis e mulheres transexuais brasileiras, pois muitas delas não concluíram a educação básica porque foram expulsas de casa pelos familiares ou, devido à LGBTfobia, não frequentaram as aulas em virtude das chacotas e humilhações a que eram submetidas na escola. Desse modo, com baixa escolaridade e, para muitas delas, sem ter onde morar, a prostituição acaba sendo a única forma delas não morrerem de fome. Essa realidade adoce o corpo das travestis e mulheres transexuais e as torna vulneráveis à infecção do vírus HIV/aids.

Como estratégia para prevenir o HIV/aids, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020) adotou a política da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), como foi demonstrado pelas pesquisas de Hoagland (2016), Gomes (2017) e Villela (2018). Essas pesquisas compõem o grupo temático ‘PrEP e relação sexual’, que discutem a decisão das travestis e mulheres transexuais em aderir ou não à PrEP, que é uma pílula que deve ser consumida diariamente pelas pessoas que compõem o grupo de risco⁹ ao contágio do HIV/aids como travestis e mulheres transexuais que trabalham com a prostituição.

As pesquisas expostas até este momento nos auxiliam na inteligibilidade sobre o que ou quais temas têm sido refletido pelas Ciências da Saúde, na relação saúde e doença do corpo das travestis e mulheres transexuais. Destarte, a análise dessas pesquisas sobrepostas às políticas públicas de saúde amplia o estudo do campo, porque indica uma relação no desenvolvimento das pesquisas universitárias com a criação das políticas públicas. Esse acontecimento demonstra como as pesquisas universitárias dialogam com a sociedade, elegendo temas contemporâneos e produzindo um conhecimento científico que é passível de ser utilizado na manutenção e elaboração de novas políticas públicas que objetivem assegurar melhor qualidade de vida para as travestis e mulheres transexuais.

Nesse sentido, foi possível verificar que, posteriormente à criação do Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004), foram realizadas pesquisas sobre ‘LGBTfobia e violência’ (5%) (ALBUQUERQUE, 2015; BALTHAZAR, 2012; FARIA, 2018; MOREIRA, 2017; OLIVEIRA, 2014; ROSA, 2010; SOARES, 2018; SOUZA, 2017) e ‘Políticas públicas’ (4%). (JESUS, 2016; MEIRA, 2018; NEVES, 2019; POPADIUK, 2017; SILVA, 2019)

Das pesquisas sobre ‘LGBTfobia e violência’, foram investigados episódios de LGBTfobia nos esportes (ROSA, 2010), LGBTfobia em João Pessoa (PB) (OLIVEIRA, 2014),

⁹ No grupo de risco ao HIV/aids, além das travestis e transexuais, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020) reconhece os homens que fazem sexo com outros homens (HSM); pessoas que trabalham com a prostituição; pessoas que praticam relação sexual sem uso de preservativo; pessoas que praticam relação sexual com um(a) parceiro(a) portador(a) do HIV e não realiza tratamento; pessoas que repetidamente fizeram uso do PrEP; e pessoas que frequentemente foram diagnosticadas com alguma IST.



LGBTfobia no meio universitário (FARIA, 2018), entre outros. A LGBTfobia, sobretudo a travestifobia e a transfobia, se mostra como violência contra os corpos travestis e transexuais, incidindo na relação saúde e doença desses corpos, promovendo o estado de doença que se manifesta pela violência física, psicológica ou assassinato, como é o caso das travestis e mulheres transexuais que são assassinadas. (TGEU, 2017; ANTRA, 2018)

De acordo com a Transgender Europe (2017), o Brasil é o país do mundo que mais assassina travestis e transexuais, sendo que, no ranking, em segundo lugar está o México, com menos da metade dos assassinatos registrados quando comparado ao Brasil. Esse cenário denuncia como as travestis e mulheres transexuais vivenciam a sociedade com base na LGBTfobia e a violência. Para auxiliar a reverter esse quadro, o Ministério da Saúde, durante a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), publicou a Portaria nº 1.820/2009 (BRASIL, 2009), que dispõem sobre o nome social nas unidades de saúde, e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (BRASIL, 2010), que subsidiou a criação de outras políticas públicas na promoção da saúde de travestis e mulheres transexuais, como o I Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2012-2015), do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (2011), e o II Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2017-2019) (BRASIL, 2017) – ambos com objetivo de assegurar a execução da Política Nacional de Saúde Integral LGBT nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Até o ano 2009, no Brasil, existiam 146 pesquisas desenvolvidas em todos os programas de pós-graduação sobre travestilidades e transexualidades. Depois da criação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (BRASIL, 2010), esse número cresceu para 1.071. Portanto, entre 2010 até 2019, foram defendidas 925 pesquisas. Se comparado ao período de 1992 até 2009, entre os anos 2010 até 2019, a quantidade de pesquisas sobre travestilidades e transexualidades cresceu 633%, o que corrobora com a reflexão de que a Política Nacional de Saúde Integral LGBT é, de fato, emblemática na promoção da saúde da população de travestis e transexuais no Brasil.

Das pesquisas sobre ‘Políticas públicas’, são representativas as reflexões em torno da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, como as de Jesus (2016), Popadiuk (2017), Meira (2018), Neves (2019) e Silva (2019), que socializam as experiências de travestis e mulheres transexuais no processo de cuidado de si, na relação saúde e doença. Essa política também foi a base de discussão para pesquisas dos grupos temáticos ‘Atendimento/acessibilidade aos serviços de saúde e unidades de saúde’ (8%), ‘Profissionais de saúde’ (3%), ‘Cuidado à saúde e itinerários terapêuticos’ (4%) e ‘Disforia de gênero’ (3%).



Embora a Política Nacional de Saúde Integral LGBT não tenha sido o elemento central de discussão nas pesquisas do grupo temático ‘Atendimento/acessibilidade aos serviços de saúde e unidades de saúde’ (8%), verifica-se que o atendimento médico e a acessibilidade aos serviços de saúde, na relação saúde e doença do corpo das travestis e mulheres transexuais, foram refletidos por Pereira (2012) em Vargem Grande Paulista (SP), Rodriguez (2014; 2019) em Florianópolis (SC), Oliveira (2018) na Zona da Mata Mineira, Magalhaes (2018) e Souza (2019) em São Paulo (SP), entre outros.

No mesmo contexto, considerando os(as) profissionais de saúde que realizam o cuidado do corpo das travestis e mulheres transexuais nas unidades de saúde, identificou-se a pesquisa de Ferreira (2012) em Juiz de Fora (MG), Oliveira (2017) em Cajazeiras (PB), Guimarães (2018) no Centro-Oeste e Nordeste brasileiro, e Ferreira (2019) em Teresina (PI). Dessas pesquisas, verificou-se que a maioria dos profissionais de saúde não recebeu formação acadêmica adequada para atender as travestis e mulheres transexuais, assim como foi constatado que existem episódios de discriminação de gênero contra as travestis e mulheres transexuais nas unidades de saúde.

Em relação ao grupo temático ‘Cuidado à saúde e itinerários terapêuticos’ (04%), Souza (2013) investigou sobre as travestis em Santa Maria (RS) e constatou que elas evitam buscar o cuidado de si nas unidades de saúde, em virtude da discriminação de gênero. O mesmo foi verificado por Garcia (2014), que, além da discriminação de gênero, demonstrou que elas associam as doenças somente às ISTs, sendo que elas buscam pelas unidades de saúde quando precisam realizar algum exame ou tratamento para IST.

Para Oliveira (2016), o cuidado da saúde dos corpos travestis e transexuais se demonstrou ancorado na discriminação de gênero que está assentada na compreensão equivocada dos(as) profissionais de saúde sobre os corpos travestis e transexuais. Gomes (2017) denunciou que, na Estratégia Saúde da Família, os corpos travestis e transexuais são ininteligíveis para essa política de saúde pública, que centraliza o cuidado no corpo cisgênero, heterossexual e reprodutor.

No cuidado do corpo das travestis e mulheres transexuais nas unidades de saúde, conforme indicado por Cordeiro (2012), Mueller (2016), Soll (2016), entre outros, verifica-se que elas são consideradas doentes, isto é, disfóricas em gênero, por não corresponderem à linearidade entre sexo, gênero e desejo. (BUTLER, [2003] 2016) Entretanto, em 2018, com a revisão da 11ª Classificação Internacional de Doenças (CID), a World Health Organization (2018) retirou a ‘Disforia de gênero’ como doença, o que foi uma conquista do movimento internacional que luta pela despatologização da transexualidade. Esse acontecimento irá mudar



como as ciências ‘Psi’ (Psicologia, Psiquiatria, Psicanálise) concebem a transexualidade e o cuidado do corpo das travestis e mulheres transexuais na relação saúde e doença.

4 Considerações finais

Com base na questão central desta pesquisa, foi possível compreender que as dissertações e teses tematizadas evidenciaram que essas pesquisas abordam o processo saúde-doença dos corpos das travestis e mulheres transexuais sob discrepantes perspectivas, sendo a Saúde Coletiva a área que mais concedeu visibilidade a essas pessoas.

As pesquisas identificadas explicitaram diferentes temas, como ‘Processo transexualizador, Hormônio e cirurgia’, ‘HIV/aids e IST’, ‘Atendimento/acessibilidade aos serviços de saúde e unidades de saúde’, ‘Prostituição e trabalho’, ‘LGBTfobia e violência’, ‘Políticas públicas’, ‘Cuidado à saúde e itinerários terapêuticos’, ‘Disforia de gênero’, ‘Profissionais de saúde’ e ‘PrEP e relação sexual’. A análise das pesquisas desses grupos temáticos nos indicou uma relação entre as pesquisas universitárias desenvolvidas com as políticas públicas do Programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004), Processo transexualizador (BRASIL, 2008) e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. (BRASIL, 2010)

Desse modo, percebemos a escassa existência de pesquisas sobre o mundo do trabalho, o (des)emprego, a escolarização, a moradia, a alimentação, entre outros determinantes sociais que interferem no processo saúde-doença nos corpos das travestis e mulheres transexuais. Nesse cenário, indicamos a necessidade de existir pesquisas que lancem luz sobre esses temas, bem como políticas públicas, a fim de ampliar a inteligibilidade do processo saúde-doença dos corpos travestis e transexuais. Portanto estimulamos que os(as) pesquisadores(as) reflitam sobre a saúde dessas pessoas, para que possamos produzir dados na defesa da criação e manutenção das políticas públicas em torno da saúde dos corpos das travestis e mulheres transexuais.

Sensibilizamo-nos de que os temas mencionados anteriormente podem ter sido objeto de investigação pelas dissertações e teses das outras grandes áreas do conhecimento. Logo torna-se imperativo que existam outras pesquisas, de cunho bibliométrico, que investiguem sobre o estado de arte das pesquisas defendidas em outras grandes áreas do conhecimento.

Acrescentamos ainda que não temos a pretensão em afirmar que os descritores utilizados nesta pesquisa não possam ser utilizados por outros(as) pesquisadores(as), pois eles não são patenteados e se tratam somente de palavras que, no cenário acadêmico, têm significado em dado contexto científico. Lembramos ainda que o banco de dissertações e teses da Capes é público e os(as) pesquisadores(as) podem e devem realizar pesquisas nesse banco, pois essa técnica de



levantamento de dados é amparada pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Acesso à informação e/ou dados públicos, como mencionado anteriormente.

Argumentamos que os dados apresentados nesta pesquisa podem ser utilizados por pesquisadores(as) nos espaços universitários que desenvolvem estudos sobre esse campo do conhecimento, a fim de fomentar a existência de novas pesquisas que podem ser utilizadas por organizações não governamentais que sistematizam as pautas do grupo social e lutam por direitos sociais, assim como criação/manutenção de políticas públicas nas esferas da educação, saúde e segurança.

Por último, porém não menos representativo, assinalamos a existência de pesquisas que foram realizadas em universidades públicas por muitos(as) estudantes bolsistas de órgãos públicos e, posteriormente à defesa da pesquisa, no âmbito de mestrado ou doutorado, não autorizaram a divulgação pública das dissertações e teses. Logo as pesquisas que não tiveram a publicidade autorizada pelo(a) autor(a) dificultaram a análise dos dados. Destarte, solicitamos aos(as) futuros(as) mestres(as) e doutores(as) que se sintam sensibilizados(as) em tornar público o conhecimento elaborado em cursos de universidades públicas.

Referências

ABREU, P. D. *Representações sociais de mulheres transexuais jovens sobre o HIV/AIDS*. 2018. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

ALBUQUERQUE, G. A. *Violência e consumo de drogas em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais São Paulo/SP 2015*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Medicina do ABC, Santo André, 2015.

ALMEIDA, E. P. O. *O racismo como determinante social de saúde: uma revisão sistemática com metanálise e metassíntese sobre indivíduos pertencentes ao grupo LGBT no contexto das disparidades étnicas e de minorias sexuais*. 2018. Tese (Doutorado em Medicina) – Universidade de Medicina do ABC, Santo André, 2018.

AMARAL, D. M. *Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ANDRADE, C. A. A. *Autocuidado de mulheres transexuais em uso de hormônios à luz da teoria de orem*. 2017. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.



ANDREAZZA, T. S. *Gêmeos monozigóticos discordantes para transexualidade: diferenças neuroanatômicas e psicológicas*. 2012. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BALTHAZAR, A. M. S. *O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas narrativas de sofrimento*. 2012. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BARCELOS, N. T. *Prevalência e fatores de risco para infecção pelo HIV em uma população de indivíduos testados em centros de aconselhamento no sul do Brasil*. 2000. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

BARROS, A. D. *A revelação entre a voz e a expressão de gênero: a percepção de pessoas transexuais*. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

BENEDETTI, M. R. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

BENEVIDES, B.; SIMPSON, K. (org.). *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Brasília, DF: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2SaPFWA>. Acesso em: 5 jul. 2020.

BENTO, B. A. M. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 3. ed. Salvador: Devires, 2017.

BRAGA, R. O. B. Interdição espacial das travestis no acesso aos serviços de saúde em Curitiba/PR, Brasil. In: MUNDOS DE MULHERES E FAZENDO GÊNERO, 13., 2017, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: [S. n.], 2017. p. 1-10.

BRAGA, R. O. B. *Espaço e as práticas do cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa/PR*. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

BRAGA, R. O. B.; BENATO, A. P. Diálogos sobre a saúde e o corpo das travestis e transexuais nas três primeiras edições do Seminário Internacional Desfazendo Gênero. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO: CORPOS DISSIDENTES, CORPOS RESISTENTES: DO CAOS À LAMA, 4., 2019, Recife. *Anais [...]*. Recife: Realize, 2019. p. 1-10.

BRAGA, R. O. B.; ORNAT, M. J. Relações entre saúde e doença nas espacialidades discursivas das mulheres trans e travestis em Ponta Grossa, Paraná. *Terr@ Plural*, Ponta Grossa, v. 13, p. 189-207, 2019.



BRAGA, R. O. B.; ORNAT, M. J. Vivência das travestis e transexuais nos espaços (in)formais de saúde em Curitiba, Paraná. In: SIMPÓSIO NACIONAL E FÓRUM INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA DA SAÚDE, 8., 2017, Dourados. *Anais* [...]. Dourados: UFGD, 2017. p. 793-804.

BRASIL. *Programa Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2RxJI6n>. Acesso em: 5 jul. 2020.

BRASIL. *Portaria nº 457, 19 de agosto de 2008*. Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3v3O4R0>. Acesso em: 5 jul. 2020.

BRASIL. *Portaria nº 1.820, 13 de agosto de 2009*. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3wiKO4F>. Acesso em: 5 jul. 2020.

BRASIL. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Lei de Acesso à Informação e/ou dados Públicos. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2VuOn7L>. Acesso em: 4 jul. 2020.

BRASIL. *Resolução nº 26, de 28 de setembro de 2017*. Dispõe sobre o II Plano Operativo (2017-2019) da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3v5xuR4>. Acesso em: 5 jul. 2020.

BRASIL. *Profilaxia Pré-Exposição (PrEP)*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3f1Jiyc>. Acesso em: 5 jul. 2020.

BURGOS FILHO, R. *Avaliação do custo-efetividade da adição de unidade móvel para testagem rápida para o HIV em gays, homens que fazem sexo com homens e travestis, em relação ao centro de testagem e Aconselhamento, em Brasília*. 2012. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

BUTLER, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO, D. S. *O gênero e a ciência da saúde: produção em torno da transexualidade no Portal de pesquisa da Biblioteca Virtual de Saúde*.



2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARVALHO, M. F. L. “*Muito prazer, eu existo!*”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CASTRO FILHO, J. *SDA Kinship e a resposta à marginalização LGBT na Igreja Adventista do Sétimo Dia: uma etnografia das masculinidades rejeitadas*. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CAUX, T. R. *O hormônio traz pra realidade todos os nossos sonhos ocultos: a experiência de mulheres transexuais e travestis com o processo medicamentoso de hormonização*. 2018. Dissertação (Mestrado em Medicamentos e Assistência Farmacêutica) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CHAGAS, D. M. N. M. *Mulheres e travestis trabalhadoras do sexo em Recife: um desafio para a política de prevenção às DST/HIV e AIDS*. 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. *Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT*. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3oyhmFg>. Acesso em: 5 jul. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Catálogo de Teses e Dissertações*. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ynanDk>. Acesso em: 4 jul. 2020.

CORDEIRO, D. M. *Transtorno de identidade sexual em adultos e justiça: laudo psicológico para mudança de prenome*. 2012. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CORREA, R. G. *Análise de custo da oferta do teste rápido de fluido oral para ampliação do diagnóstico do HIV em populações-chave*. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

COSTA, C. M. A. *Análise bioética do Processo Transexualizador no Brasil à luz da perspectiva dos Funcionamentos*. 2015. Tese (Doutorado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

CUNHA, F. S. *Prevalência dos fatores de risco cardiovascular em homens transexuais em tratamento com ésteres de testosterona e sua associação com as variantes polimórficas do gene do receptor androgênico*. 2017. Tese (Doutorado em Endocrinologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.



FARIA, M. A. *A luta é coletiva, mas a resistência é individual? Violências vivenciadas e estratégias de enfrentamento construídas pela comunidade universitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Fundação Oswaldo Cruz, Barro Preto, 2018.

FERNANDES, F. R. P. *Infecção pelo Treponema Pallidum em homens que fazem sexo com homens em Campo Grande/MS*. 2014. Dissertação (Mestrado em Doenças infecciosas e parasitárias) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

FERREIRA, A. C. G. *Perfil de saúde em uma coorte de mulheres transexuais e travestis no Rio de Janeiro, Brasil: uso de hormônios, infecção pelo HIV e doença cardiovascular*. 2018. Tese (Doutorado em Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRA, B. O. *Os vários tons de não: experiências de profissionais da atenção básica na assistência à saúde das populações LGBTT em Teresina, Piauí*. 2019. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

FERREIRA, I. T. O. *Universo Trans em tempos de inclusão social: qual o lugar da prostituição?* 2007. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERREIRA, R. D. *Atuação dos profissionais da Estratégia Saúde da Família do Município de Juiz de Fora – MG frente a usuárias travestis*. 2012. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Saúde da Família) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2012.

FERREIRA JUNIOR, S. *Conhecimentos, atitudes e práticas sobre tuberculose entre travestis e mulheres transexuais na cidade de São Paulo*. 2017. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FIGUEIREDO, K. C. P. *Dilemas envolvendo o direito da pessoa transexual requalificada e a alteração do registro de terceiros*. 2019. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

FONTANARI, A. M. V. *Impacto de eventos traumáticos em aspectos clínicos da transexualidade*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GARCIA, C. L. *Saúde, especificidades e itinerários terapêuticos à luz das representações sociais de minorias sexuais*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Medicina do ABC, Santo André, 2014.

GOMES, F. S. *Fatores associados à não-aceitabilidade da PrEP entre travestis e mulheres transexuais na região nordeste do Brasil*. 2017.



Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

GUIMARAES, R. C. P. *Estigma e diversidade sexual nos discursos dos(as) profissionais do SUS: desafios para a saúde da população LGBT*. 2018. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

HOAGLAND, B. R. S. *Conhecimento, interesse, decisão sobre o uso e adesão precoce a profilaxia pré-exposição (PrEP) entre homens que fazem sexo com homens (HSH) e mulheres transexuais (TRANS) participantes no estudo PrEP Brasil*. 2016. Tese (Doutorado em Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

IWAMOTO, T. C. *A repercussão da inclusão de pessoas transexuais no esporte: o discurso nas redes sociais sobre o caso da jogadora Tiffany*. 2019. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

JANINI, J. P. *O cuidado da enfermeira, no processo transexualizador, na perspectiva familiar*. 2019. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

JESUS, E. A. *Do ideal para o real: o desafio da implantação da política de saúde LGBT no município de Santarém-PA*. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

KOLLER, E. M. P. *Da vulnerabilidade ao protagonismo: profissionais do sexo e caminhoneiros frente à aids*. 2007. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

KRUGER, A. *Aviões do Cerrado: uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro*. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

MAGALHAES, L. G. *Barreiras de acesso na atenção primária à saúde à travestis e transexuais na região central de São Paulo*. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Enfermagem na Atenção Primária em Saúde no SUS) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MEIRA, R. M. B. *A política nacional de atenção integral à saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: expressões de justiça social?* 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

MELLO, M. M. C. *Elementos discursivos sobre os direitos à saúde para pessoas trans: estudo comparativo nas legislações do Brasil, Argentina,*



Uruguai e Colômbia. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MIYAMOTO, M. Y. *Detecção do uso de álcool e outras drogas entre travestis e transexuais femininos*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicobiologia) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOREIRA, A. M. *A violência por parceiro íntimo (VPI) em casais homoafetivos masculinos: visibilizando o fenômeno*. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MOREIRA, C. L. *Aspectos sociodemográficos, sexuais e de saúde das travestis que atuam como profissionais do sexo no bairro da Lapa – Rio de Janeiro*. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Família) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2013.

MUELLER, A. *Avaliação dos mecanismos de ruminação em pacientes com disforia de gênero*. 2016. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria e Ciências do Comportamento), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

N'BUNDÉ, D. S. *Cirurgia plástica estética feminina como estratégia para acessar benefícios*. 2019. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

NEVES, A. L. M. *“Política é vida”*: ativismos e saúde trans em Manaus (AM). 2019. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

NUCCI, M. F. *Hormônios pré-natais e a ideia de sexo cerebral: uma análise das pesquisas biomédicas sobre gênero e sexualidade*. 2010. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NUNES, C. S. L. *Processo transexualizador no sistema único de saúde: revisão integrativa*. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2018.

OLIVEIRA, E. M. *Laços e embaraços do cotidiano: representações sociais de enfermeiras sobre as travestis*. 2016. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

OLIVEIRA, G. S. *O SUS é universal? Uma análise a partir da visão de profissionais de saúde e usuários(as) LGBT*. 2017. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

OLIVEIRA, G. S. *O vivido de transexuais e travestis nos atendimentos à saúde: compreender para melhor assistir*. 2018. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.



OLIVEIRA, T. S. B. *Características epidemiológicas da morbimortalidade por violência em homossexuais na cidade de João Pessoa – PB*. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

PEREIRA, S. R. S. *A questão da orientação sexual na atenção básica no Município de Vargem Grande Paulista*. 2012. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Guarulhos, Guarulhos, 2012.

PERES, W. S. *Travestis brasileiras: dos estigmas à cidadania*. Curitiba: Juruá, 2015.

PINHEIRO JUNIOR, F. M. L. *Contexto de vulnerabilidade de travestis e sua associação com a não realização do teste Anti-HIV*. 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

PINTO, T. P. *Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados à sua utilização entre travestis e mulheres transexuais residentes no estado de São Paulo*. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, São Paulo, 2016.

POPADIUK, G. S. *A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: trajetórias de vida em torno do processo transexualizador no estado do Paraná*. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

RAIMONDI, G. A. *Saúde da população “trans”: uma revisão sistemática da produção teórica brasileira*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

REZENDE, G. R. *Infecção pelo vírus da Hepatite B em homens que fazem sexo com homens em Campo Grande-MS: aspectos epidemiológicos, moleculares e de vacinação contra Hepatite B*. 2014. Dissertação (Mestrado em Doenças Infecciosas e parasitárias), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

RICH, A. (1980). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, Natal, n. 5, p. 17-44, 2010.

ROCON, P. C. *Quando os corpos trans adentram o processo transexualizador: experiências que conformam a transexualidade*. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

RODRIGUEZ, A. M. M. *Cartografias de cuidados à saúde trans na Atenção Primária do município de Florianópolis, 2017-2018*. 2019. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.



RODRIGUEZ, A. M. M. *Experiências de atenção à saúde e percepções das pessoas transgênero, transexuais e travestis sobre os serviços públicos de saúde em Florianópolis/SC, 2013-2014*. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RODRIGUES, J. S. *Processo transexualizador no SUS: análise do acesso aos serviços entre 2008 e 2017*. 2019. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, DF, 2019.

ROSA, G. S. A. *Pessoas trans e atenção primária à saúde: estudo de metassíntese na literatura brasileira*. 2015. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ROSA, R. B. C. *Enunciações afetadas: relações possíveis entre homofobia e esporte*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SANTOS, A. S. *Percepção do risco de contrair e práticas educativas entre travestis profissionais do sexo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, F. S. G. *Metodologia aplicada à informação em saúde: um estudo de caso da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil*. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

SANTOS, M. F. L. *a construção do dispositivo da transexualidade: saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans*. 2010. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SEGER, M. F. *Voz em trânsito: gênero e fonoaudiologia na “readequação vocal” de pessoas trans*. 2018. Tese (Doutorado em Fonoaudiologia) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SEVERO, D. O. *Análise das formas de expressão dos movimentos sociais no contexto do Brasil*. 2014. Tese (Doutorado em Neurologia), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

SILVA, G. V. M. *Avaliação dos resultados cirúrgicos, estéticos e funcionais em pacientes submetidas a cirurgia afirmativa de gênero masculino para feminino*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, G. W. S. *Existências dissidentes e apagamentos: fatores associados à ideação suicida em pessoas transgênero*. 2016. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.



SILVA, J. F. *Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: reflexões sobre a assistência à saúde*. 2019. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

SILVA, L. V. *Suicidalidade LGBTQ+: narrativas de vida de diferentes gerações*. 2019. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019.

SILVA, M. V. *Transexualismo e respeito à autonomia: um estudo bioético dos aspectos jurídicos e de saúde da “Terapia para Mudança de Sexo”*. 2007. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

SILVEIRA, M. T. *Avaliação cito-histo-morfo-funcional e descrição da microbiota bacteriana aeróbica de neovaginas de mulheres transexuais*. 2010. Tese (Doutorado em Medicina) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SIMPSON, K. Transexualidade e travestilidade na saúde. In: BRASIL. *Transexualidade e travestilidade na saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. p. 9-15.

SOARES, L. S. *Cuidado em saúde e transfobia: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do Rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde*. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

SOLL, B. M. B. *Incongruência de gênero: um estudo comparativo entre os critérios diagnósticos CID-10, CID-11 e DSM-5*. 2016. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria e Ciências do Comportamento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SOUSA, L. M. S. *Estigma e vulnerabilidade ao HIV/AIDS entre travestis e mulheres transexuais*. 2017. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SOUSA, P. J. *Homofobia e vulnerabilidade das travestis ao HIV-AIDS: enfermagem em promoção da saúde*. 2011. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Fundação Universidade de Pernambuco, Recife, 2011.

SOUZA, M. S. *Qualidade da comunicação da equipe de saúde no atendimento à população de travestis e transexuais*. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Comunicação Humana) – Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, São Paulo, 2019.

SOUZA, M. H. T. *Itinerário terapêutico das travestis de Santa Maria/RS*. 2013. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, N. M. C. *Preconceito, opressão e estratégia de enfrentamento: relato de homens homossexuais*. 2017. Dissertação (Mestrado em



Atenção à Saúde) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

SOUZA, S. M. B. *Fatores associados à soropositividade ao HIV em indivíduos atendidos em centros de testagem e aconselhamento de Goiás e Distrito Federal: estudo multicêntrico*. Tese (Doutorado em Enfermagem), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SPZZIRRI, G. *Morfometria cerebral e imagens de tensores de difusão da microestrutura de substância branca em homens para mulheres transexuais antes e durante o processo transexualizador*. 2016. Tese (Doutorado em Psiquiatria), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TAUYR, T. F. L. *Perfil epidemiológico da população LGBT com HIV em tratamento no município de São José do Rio Preto*. 2019. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2019.

TRANSGENDER EUROPE. *Actualización TDoR 2017 TMM*. Nota de Prensa. Malmö: TGEU, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3u5o9Hs>. Acesso em: 5 jul. 2020.

VELHO, I. R. *Efeitos da terapia hormonal com testosterona sobre IMC, pressão arterial e perfil laboratorial em homens transgêneros: uma revisão sistemática e meta-análise*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ginecologia e Obstetria) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

VILARDO, M. A. T. *Decisões judiciais no campo da biotecnologia: a bioética como fonte de legitimação*. 2014. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Fundação Oswaldo Cruz, Niterói, 2014.

VILLELA, L. M. *Percepções sobre o uso da profilaxia pré-exposição ao HIV (PrEP) e possível compensação de risco entre homens que fazem sexo com homens (HSH) e mulheres transexuais (TRANS) potencialmente elegíveis para o uso de PrEP no protocolo PrEP Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado em Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Classification of Diseases (ICD) 11*. Geneva, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3otn37c>. Acesso em: 5 jul. 2020.

